

Reestruturação produtiva na Macrometropole Paulista: a nova espacialidade urbana da indústria de transformação

Gabriel A. A. Rossini, Suzana Pasternak e Cristina Fróes de Borja Reis¹

Resumo: A partir das informações do Valor de Transformação Industrial (VTI) presentes no Mapa da Indústria Paulista (SEADE, 2019) este artigo tem por objetivo discutir a dinâmica econômica-industrial entre 2003 e 2016 da Macrometrópole Paulista (MMP). Primeiramente, além de apresentar a MMP, contextualiza-se seus movimentos no percurso da indústria brasileira nas últimas décadas. Em seguida, analisa-se a evolução e o perfil setorial do VTI na MMP, ressaltando-se seus movimentos no Município de São Paulo (MSP), no Anel Metropolitano (AM) e no Entorno Macrometropolitano (EM). Os dados evidenciam que o MSP vivenciou perdas no peso relativo do VTI macrometropolitano em todos os tipos de bens (principalmente nos bens de capital). O Anel Metropolitano do mesmo modo enfrentou perdas em relação ao seu peso relativo na MMP em todas as atividades (principalmente em categoria bens de consumo duráveis), conquanto menos acentuadas do que aquelas verificadas no MSP, o que pode ser atribuído à gradual saída da indústria do ABC paulista. Por seu turno, o EM teve ganhos relativos em todos os tipos de bens, com destaque para os bens de capital. Os resultados corroboram a hipótese da hierarquia da desconcentração industrial da RMSP, segundo a qual notadamente os setores mais dependentes de custos e de menor intensidade de tecnologia apresentariam tendências centrifugas em relação à MMP e, sobretudo, à RMSP.

Abstract: Based on the information of the Value of Industrial Transformation (VTI - manufacturing) from the “Mapa da Indústria Paulista” (SEADE, 2019) this article aims to discuss the economic-industrial dynamics between 2003 and 2016 of the Macrometrópole Paulista (MMP). First, in addition to presenting the MMP, its movements are contextualized in the course of Brazilian manufacturing industry in recent decades. Then, we analyze the evolution and the VTI sectoral profile in the MMP, highlighting its movements in the Municipality of São Paulo (MSP), in the Metropolitan Ring (AM) and in the Macrometropolitan Environment (EM). The data shows that the MSP experienced losses in the relative weight of the macrometropolitan VTI in all types of goods (mainly in capital goods). The AR similarly faced losses in relation to its relative weight in the MMP in all activities (mainly in the durable consumer goods category), although less accentuated than those verified in the MSP, which can be attributed to the gradual exit of industry from ABC Paulista. In turn, the EM had relative gains in all types of goods, with capital goods standing out. The results corroborate the hypothesis of the hierarchy of industrial deconcentration of the RMSP, according to which notably the most cost-dependent and less technology-intensive sectors would present centrifugal tendencies in relation to the MMP and, above all, to the RMSP.

Palavras-chave: restauração produtiva, indústria de transformação, desenvolvimento regional, macrometropole paulista.

Keywords: productive restoration, transformation industry, regional development, Paulista macrometropole.

Sessões ordinárias mesa 8. Acumulação, indústria e transformação tecnológica.

¹ Rossini e Reis são professores da UFABC e pesquisadores do Núcleo de Estudos Estratégico em Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Rossini é pesquisador do Observatório das metrópoles (Núcleo SP). Pasternak é professora titular da FAU-USP e pesquisadora do Observatório das metrópoles (Núcleo SP). Contato: gabriel.rossini@ufabc.edu.br.

Introdução

Sob a globalização financeira e produtiva a partir dos anos 1980 e a liberalização da economia, a acumulação internacional capitalista cresceu estabelecendo relações de capital e trabalho “pós – fordistas”, caracterizadas por uma nova especialização da produção e das relações de trabalho, mas que nos países periféricos conviveu também com antigas relações de produção (FURTADO, 2002). A indústria de massa e com produção em larga escala nas metrópoles cede lugar para serviços informacionais, de negócios e financeiros. A organização das corporações simultaneamente intensifica a desverticalização (OCDE, 2013), aproveitando-se da desregulação, formando cadeias de valor com peso crescente no valor adicionado dos serviços industriais e gerando novos mercados para firmas de pequeno e médio porte. A divisão de trabalho se especializa e envolve novos segmentos de trabalhadores urbanos flexíveis e altamente treinados. Em um mundo urbano interconectado de finanças e negócios, a proximidade física criou condições para novos tipos de conhecimento, redes e concentração de cultura, informação, comunicação, turismo, educação superior e serviços de saúde (FAISNTEIN et al, 2011).

A organização territorial das cidades transforma-se sob as novas condições econômicas e sociais. Cidades se expandem em cidades-regiões, grandes complexos urbanos ultrapassando os limites municipais. Estas novas cidades–regiões não possuem limites bem demarcados; pelo contrário, suas fronteiras têm ficado cada vez mais indistintas (SCOTT, 2001; SOJA, 2015). O padrão espacial do complexo cidade–região cresceu de forma policêntrica e descontínua, combinando concentração de serviços especializados, nós de crescimento privilegiados (dispersos pela região), subúrbios abastados e concentrações de pobreza dispersas.

No Brasil, o sistema produtivo constituído na segunda metade do século XX ocorreu sob hegemonia do Estado de São Paulo (CANO, 1998). Por articular as cadeias produtivas nacionais, possibilitando certa complementariedade entre as distintas economias regionais, o autor (idem, p. 203) acredita que a economia paulista tenha sido “duplamente afetada pelo processo de desindustrialização”²: por concentrar a maior parte dos setores modernos e também por articular cadeias produtivas. Neste sentido, Tunes (2016) esclarece que embora a desindustrialização não seja específica do estado de São Paulo, faz-se aí mais intensa em função da consolidação das relações produtivas da economia do conhecimento. Contudo, dentro do estado existem dinâmicas produtivas muito distintas. Como esclarece Severian (2018), nos últimos anos, o perfil das firmas que se localizam na capital se caracteriza por maior intensidade tecnológica e por poupar trabalho. Ademais, prevalece nesta localidade deseconomias de

² Na literatura econômica, o debate sobre desindustrialização divide-se em diferentes posicionamentos e focos de análise, como elucida Sampaio (2015). Enquanto em Rowthorn e Ramaswamy (1997) o termo desindustrialização se refere “ao declínio secular da participação do emprego industrial nas economias avançadas”, Palma (2005) e Tregenna (2009) utilizam informações de emprego e participação da indústria no PIB para analisar tal processo.

aglomeração que provocam efeitos centrípetos para as firmas e o emprego industrial que se deslocam aos demais municípios da Macrometropole paulista (MMP).

A MMP, então, constitui uma “cidade-região” cujas atividades econômicas caracterizam uma nova forma de aglomeração urbana, dispersa e fragmentada (TAVARES, 2020). Mas qual seria o novo perfil da indústria na cidade-região MMP? De que forma os movimentos de reorganização produtiva refletem as economias de aglomeração? Para responder estas questões, as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não são suficientes. Sobretudo após o IBGE ter reformulado o Sistema Estatístico Nacional, substituindo de forma definitiva os censos econômicos por pesquisas setoriais, o que possibilitou maior agilidade na disponibilização de informações sobre setores de atividade. Entretanto, a suspensão dos censos econômicos implicou na perda de levantamentos diretos que permitiam caracterizar a estrutura econômica dos estados e de seus segmentos territoriais. A ausência de dados do IBGE sobre o valor da transformação industrial dificultou a análise do ritmo das transformações industriais, a identificação de áreas com novas cadeias produtivas e a especialização econômica dos municípios.

Isso provocou as fundações estaduais de estatísticas a desenvolverem bases de dados próprias. Em particular, a Fundação Seade publicou em 2019 no Mapa da Indústria Paulista, que fornece informações detalhadas de 645 municípios paulistas sobre a produção industrial de 22 divisões da indústria de transformação (Classificação Nacional das Atividades econômicas - CNAE 2.0) para o período 2003-2016³. Valendo-se destas novas informações (SEADE, 2019), o objetivo deste artigo é investigar os principais movimentos da dinâmica econômica-industrial do aglomerado urbano que constitui a Macrometropole Paulista nos anos 2000 e 2010. O artigo se estrutura em 3 seções: 1) apresentação da MMP; 2) sinopse da trajetória da indústria nacional nas últimas décadas; 3) evolução da estrutura industrial do estado de São Paulo e da MMP, destacando-se a especialização, seguindo os segmentos territoriais apontados, da indústria no município e sua expansão para a área metropolitana e posteriormente para a área macrometropolitana.

1. Apresentação da Macrometropole Paulista

A MMP pode ser caracterizada como o espraiamento da zona de influência da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) rumo ao seu interior próximo (Campinas, São Jose dos Campos,

³ O Mapa da Indústria Paulista: 2003-2016 (F. Seade, 2019), desenvolvendo metodologia para mensuração deste valor a partir da integração de informações da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo com os dados de Sistema de Contas Regionais. Para maior detalhe, ver páginas 3 a 6 do Mapa da Indústria Paulista. Disponível em http://www.seade.gov.br/wpcontent/uploads/2019/04MapaIIndustria_0404_docfinalpdf. Acesso em: 20/01/2020.

Sorocaba, Jundiaí, Piracicaba, Bragança) e ao litoral (Santos). Forma-se a partir da difusão da indústria de transformação rumo ao seu entorno, numa área compreendida pela zona de influência da RMSP.

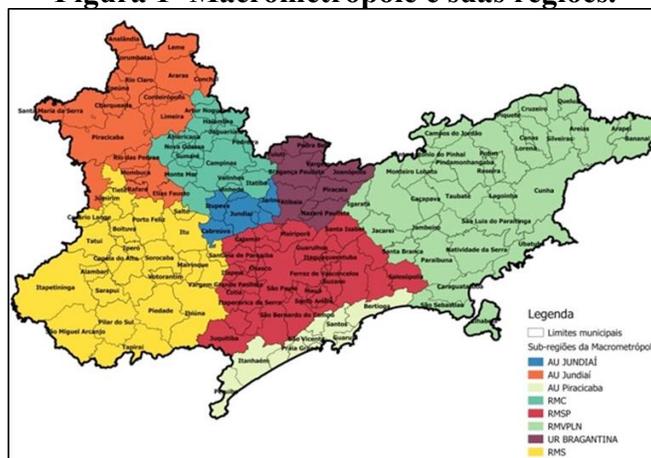
Neste texto, segue-se a delimitação de Macrometropole Paulista adotada pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A (EMPLASA): “abriga a Região Metropolitana de São Paulo (...) além das RMs da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e do Vale do Paraíba e Litoral norte, as Aglomerações Urbanas de Jundiaí e de Piracicaba e a Unidade Regional de Bragantina (...)”, em um total de 174 municípios. A listagem completa pode ser vista no Quadro 1 e a sua espacialização na Figura 1.

Quadro 1 - Composição da Macrometropole Paulista.

Sub-Região	Municípios
Macrometrópole Paulista (MMP)	174 municípios
Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	39 Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista
Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)	09 Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Vicente
Região Metropolitana de Campinas (RMC)	20 Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo
Região Metropolitana Vale do Paraíba Litoral Norte (RMVPLN)	39 Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambéiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba
Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)	27 Alambari, Alumínio, Araçariçuama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim
AU Jundiaí (AUJ)	07 Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista
AU Piracicaba (AUP)	23 Aguas de São Pedro, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Laranjal Paulista, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro
UR Bragantina (URB)	10 Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Pedra Bela, Nazaré Paulista, Pinhalzinho, Piracéia, Tiuti, Vargem

Fonte: EEMPLASA; elaboração própria.

Figura 1- Macrometropole e suas regiões.



Fonte: D’Ottaviano, C, Pasternak, S e Barbon, A (2019).

O crescimento populacional atesta a importância da Macrometropole Paulista (MMP) ao longo das três últimas décadas (Tabela 1). A MMP, que, em 1991, abrangia 72,86% da população estadual, em 2020 tem participação estimada em 75,37%. A tabela 2 mostra que as taxas de crescimento populacional em todas as unidades territoriais do estado de São Paulo são declinantes desde 1991-2000. Entretanto, as da MMP são superiores à taxa estadual como um todo no período 2010-2020. Chama a atenção também que as Regiões Metropolitanas de Sorocaba e do Vale do Paraíba Litoral Norte são as mais elevadas no último decênio, e a da Região Metropolitana de Campinas tem sido elevada em todas as décadas, inclusive nesta última.

Tabela 1 _ Macrometropole Paulista: população 2000 a 2020

regiões da macrometrópole	população				peso relativo			
	1.991	2.000	2.010	2.020	1.991	2.000	2.010	2.020
Região Metropolitana de São Paulo	15.444.941	17.878.703	19.683.975	21.138.347	48,89%	48,28%	47,70%	47,35%
Região Metropolitana Baixada Santista	1.220.249	1.476.820	1.664.136	1.831.884	3,86%	3,99%	4,03%	4,10%
Região Metropolitana de Campinas	1.866.025	2.338.148	2.797.137	3.193.331	5,91%	6,31%	6,78%	7,15%
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	1.651.594	1.992.110	2.264.594	2.790.628	5,23%	5,38%	5,49%	6,25%
Região Metropolitana de Sorocaba	1.137.348	1.457.301	1.709.815	2.078.807	3,60%	3,94%	4,14%	4,66%
Aglomeración Urbana de Piracicaba	962.293	1.158.425	1.307.256	1.351.682	3,05%	3,13%	3,17%	3,03%
Aglomeración Urbana de Jundiai	467.670	580.311	771.335	797.070	1,48%	1,57%	1,93%	1,79%
Micro Região R Bragantina	265.811	336.247	391.738	465.313	0,84%	0,91%	0,95%	1,04%
MMP	23.015.931	27.218.065	30.615.721	33.647.065	72,86%	73,50%	74,20%	75,37%
Estado de São Paulo	31.588.925	37.032.403	41.262.199	44.639.898	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censos de 2000 e 2010; projeções populacionais F Seade para 2020; elaboração própria

Tabela 2- Taxas geométricas de crescimento populacional, por unidade territorial.

regiões da macrometrópole	taxas de crescimento		
	1991-2000	2000-2010	2010-2020
Região Metropolitana de São Paulo	1,64%	0,97%	0,72%
Região Metropolitana Baixada Santista	2,14%	1,20%	0,97%
Região Metropolitana de Campinas	2,54%	1,81%	1,33%
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	2,10%	1,29%	2,11%
Região Metropolitana de Sorocaba	2,79%	1,61%	1,97%
Aglomeración Urbana de Piracicaba	2,08%	1,22%	0,33%
Aglomeración Urbana de Jundiai	2,43%	2,89%	0,33%
Micro Região R Bragantina	2,65%	1,54%	1,74%
MMP	1,88%	1,18%	0,95%
Estado de São Paulo	1,78%	1,09%	0,79%

Fonte: Censos 1991, 2000, 2010; projeções populacionais F Seade para 2020. Elaboração própria

Como pode ser visto pelos dados do PIB-M (Tabela 3), a MMP mantém uma fatia bastante expressiva do PIB e do Valor Agregado (VA) industrial nacionais. Configura-se, assim, como uma das mais importantes aglomerações produtivas do país. Porém, a tendência geral do período é de retração da participação da indústria na estrutura produtiva: 5,4 pontos percentuais para Brasil e 7,4 pontos percentuais para a MMP (ABDAL, ROSSINI, GASPARI et. al., 2019). Por outro lado, os serviços tiveram redução na participação de 9 p.p. no Brasil e na MMP tiveram uma ligeira queda de 0,4 p.p.

Tabela 3 - Distribuição da participação do PIB e do VA por grandes setores e por recorte territorial de interesse – Brasil, 2006-2015/2016.

Recorte territorial de interesse		2006				2015				Saldos (2015-2016)			
		PIB	VA Agro	VA Ind.	VA Serv.	PIB	VA Agro	VA Ind.	VA Serv.	PIB	VA Agro	VA Ind.	VA Serv.
Brasil		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	***	***	***	***
ESP		34%	13%	35%	34%	32%	10%	31%	38%	-1,51	-2,62	-4,03	3,72
	Oeste Paulista	6%	10%	6%	6%	5%	8%	6%	6%	-0,51	-2,90	-0,26	-0,13
	MMP	28%	2%	28%	28%	27%	3%	25%	32%	-1,00	0,28	-3,77	3,85
	Entorno Macro	9%	2%	11%	8%	9%	2%	13%	9%	0,39	-0,04	1,68	1,40
	Anel Metro	7%	0%	8%	7%	7%	1%	6%	8%	-0,30	0,32	-1,64	0,86
	MSP	12%	0%	9%	14%	11%	0%	5%	15%	-1,09	0,00	-3,81	1,59

Recorte territorial de interesse		2006				2015				Saldos (2015-2016)			
		PIB	VA Agro	VA Ind.	VA Serv.	PIB	VA Agro	VA Ind.	VA Serv.	PIB	VA Agro	VA Ind.	VA Serv.
Brasil		100%	5%	25%	56%	100%	4%	19%	48%	***	-0,37	-5,35	-8,92
ESP		100%	2%	25%	57%	100%	1%	18%	56%	***	-0,42	-6,98	-1,29
	Oeste Paulista	100%	8%	26%	56%	100%	6%	21%	50%	***	-2,24	-4,67	-5,57
	MMP	100%	0%	25%	57%	100%	0%	18%	57%	***	0,03	-7,44	-0,43
	Entorno Macro	100%	0%	32%	49%	100%	1%	27%	47%	***	0,84	-4,35	-2,25
	Anel Metro	100%	0%	27%	56%	100%	0%	18%	55%	***	0,20	-9,65	-0,73
	MSP	100%	0%	19%	64%	100%	0%	10%	66%	***	0,00	-9,46	2,26

Fonte: PIB-M/IBGE. Elaboração: Abdal, Rossini, Gaspar et. al., 2019. Obs.: exclusive administração pública.

A importância em termos de PIB e do Valor Agregado (VA) industrial nacionais pode, em parte, ser explicada pelo fato de que espriamentos como o da MMP possibilitam que uma empresa desfrute de vantagens de aglomeração, porém escapando dos altos custos locacionais da metrópole/grande cidade. Na literatura da economia regional e urbana, as economias de aglomeração são do tipo escala, localização e urbanização (SEVERIAN, 2018; DINIZ, 1993). Estes três aspectos reduzem custos e aumentam a produtividade das empresas e prestadores de serviço em geral devido à, como explica Severian (2018, p. 40): i) redução do custo médio propiciado pelo aumento de escala de produção das firmas; ii) localização estratégica próxima a fornecedores, clientes, mercado de trabalho especializado e outras firmas do ramo (com efeitos de transbordamento); e iii) a diversificação das atividades econômicas típicas de regiões urbanizadas, suportadas pela existência de infraestrutura econômica.

E ainda, essa configuração espacial conta com a “existência de uma rede urbana dotada de serviços básicos, infraestrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além de maior nível relativo de renda dessas regiões” (Diniz, 1993, p. 39). Historicamente, a presença e a ampliação dos meios de circulação relacionados às indústrias de alta tecnologia, como as estradas, potencializaram a articulação do território da Macrometropole (OTERO, 2016). Conforme visto, a MMP congrega 5 Regiões Metropolitanas, duas Aglomerações Urbanas e uma Unidade Regional, em 49.927,83 km². Conta com 2 portos e 22 aeroportos, além de vias importantes de circulação que estruturam o tecido regional: rodovias Anhanguera e Bandeirantes, ligando São Paulo a Campinas; rodovia Regis Bittencourt (BR 116), ligando São Paulo a Curitiba, rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares, estabelecendo a ligação da capital com Sorocaba e o oeste, Imigrantes e Anchieta, comunicando a capital com a Baixada Santista. Destacam-se também a BR 101, que corta o Brasil e estabelece diversos pontos de acesso ao litoral paulista, a rodovia dom Pedro I, ligando o vale do Paraíba a Campinas, as rodovias Presidente Dutra e Airton Sena, ligando

São Paulo com o leste do estado e o Vale do Paraíba e a rodovia Santos Dumont, conectando as regiões metropolitanas de Campinas e Sorocaba (EMPLASA, 2014).

2. Trajetória histórica da dinâmica industrial brasileira

Nos anos 1970, aprofunda-se a crise derivada da modificação estrutural e mundial na configuração da acumulação capitalista, que passa a ser sustentada pela valorização financeira – processo chamado de financeirização (PAULANI, 2013), largamente viabilizado e estimulado pelo Estado (CHENAIS, 2016) e pelas empresas, sejam elas produtivas ou não (GUTTMANN, 2008). Esse novo regime de acumulação encontrou no Brasil e em outros países periféricos escoadouro para grande volume de capital financeiro em busca de aplicações, no âmbito de uma crise de sobreacumulação no centro do sistema que até então vinha sendo postergada (PAULANI, 2013; MEDEIROS, 2009).

A inserção da periferia do capitalismo neste momento foi pautada pelo acesso a volumosos recursos externos, o que conduziu transformações fundamentais na estrutura produtiva e nas relações de classe. Daí decorre a consecução do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, que, à “marcha forçada” (CASTRO, 1985), fez do país a potência média com que os militares sonhavam (TAVARES et al., 2007). Esse plano buscou enfrentar a crise internacional da época direcionando investimentos para setores chave, de forma a complementar a estrutura industrial brasileira, possibilitando, a despeito da dependência tecnológica, acessar os elementos que pautaram a II Revolução Industrial. A “estratégia de 1974”, após a maturação do seu programa de investimentos, permitiu que a indústria de transformação – cujo produto representava cerca de 33% após o período do Milagre Econômico (1973) –, atingisse seu ponto máximo, em 1985, aproximadamente 36% do PIB e que a parcela do emprego manufatureiro, segundo Morceiro (2019) no emprego total crescesse de 7,4% para 16,1%, entre 1940 e 1986. Em números absolutos, aumentou de 1,1 milhão para quase 7 milhões de ocupações no mesmo período.

O grande endividamento externo que pautou a inserção internacional do Brasil, das décadas de 1960 e 1970, fez do país um dos expoentes da crise das dívidas dos países latino-americanos, no início dos anos 1980, frente a qual optou-se pela implementação de políticas heterodoxas que almejavam maior estabilidade de preços em detrimento à usual recessão decorrente da receita ortodoxa de estabilização. As consequências desse período para a indústria brasileira (recessão, estagnação e alta inflação) foram severas e resultaram em um desempenho atípico no âmbito da sua tendência de crescimento de longo prazo e em um movimento contrário ao do avanço industrial experimentado pelos países de industrialização mais recente da Ásia. Entre 1985 e 1990, a participação da indústria de transformação regrediu para 26,5% (MORCEIRO, 2019), isto é, houve queda de cerca de 10 pontos percentuais em apenas cinco anos.

A década 1990, por sua vez, caracterizou-se – como destacam Abdal, Rossini, Gaspar, et. al., (2019) – por reformas liberalizantes, implementadas nas presidências de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Tais reformas impactaram a indústria severamente, pois fragilizaram os seus pilares de proteção por meio da redução das barreiras não tarifárias e do imposto de importação e privatizaram estatais relevantes nas áreas da petroquímica e siderurgia, segmentos que concentravam mais de 90% da presença do Estado como produtor direto (BIELSCHOWSKY, 1998) e também das estatais que ofertavam serviços de utilidade pública (transporte coletivo, energia elétrica, gás e telefone). Assim sendo, tal como afirma Paulani (2013), a saída adotada pelo país para minimizar a situação adversa resultante do cenário formado pela crise da dívida associada a alta inflação, que marcou a década de 1980, foi o servilismo de sua política econômica às reivindicações dos credores.

Neste sentido, as estruturas produtiva e comercial da economia brasileira tornaram-se mais imbricadas e dependentes das lógicas administrativas e financeiras das grandes corporações transnacionais, em geral do centro dinâmico da divisão centro-periferia (CARDOSO e REIS, 2018). Ou seja, a inserção externa da economia brasileira nas cadeias globais de valor (GEREFFI et al 2005) se tornou mais condicionada às decisões de governança e *upgrading* das empresas oligopolistas que lideravam as diferentes cadeias internacionais, que relegavam ao Brasil atividades “menos nobres” das mesmas, cabendo-lhe o papel de fornecedor de insumos e matérias-primas bem como de mercado absorvedor de mercadorias. Então, tem-se nova redução da participação da indústria no PIB: no ano de 2000, representava pouco mais de 20%⁴, sendo que o hiato tecnológico em relação às nações industrializadas, que havia sido atenuado pelo II PND, voltasse a aumentar. Ademais, segundo Morceiro (2019), entre 1980 e 2001, houve acentuado declínio da parcela do emprego manufatureiro no emprego total (de 16,1% para 12,3%): o período mais intenso da desindustrialização brasileira sob essa ótica.

O início do primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) vem com a manutenção do tripé da política econômica herdado do governo Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002) organizado em torno das metas de inflação, câmbio flutuante e política fiscal orientada para a obtenção de superávits primários, não obstante a suspensão do veto anteriormente existente à política industrial e da efetivação de investimentos em programas sociais. Tal continuidade foi caracterizada por Paulani (2008) como um constante "estado de emergência econômico", no qual as políticas ortodoxas eram justificadas pelas possibilidades de fuga de capital, de crises cambiais e da volta da inflação.

⁴ Uma dificuldade para se avaliar a continuidade ou não do processo de desindustrialização no período posterior à mudança do regime cambial brasileiro se encontra na mudança da metodologia de cálculo do PIB implementada pelo IBGE, no primeiro trimestre de 2007, em virtude de recomendações internacionais. Essa mudança metodológica – o ano 2000 base de referência – inviabilizou a comparação entre as séries da participação do valor adicionado na indústria no PIB nos períodos anterior e posterior a 1995 (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Neste mandato de Lula se inicia um conjunto de políticas industriais e de renda que se aprofundariam no seguinte (2007-2010). Como destacam Reis et al (2019), a recuperação do investimento público, principalmente da empresa Petrobras, e os planos de investimento com parcerias público-privadas em infraestrutura (Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Plano do Desenvolvimento Produtivo, dentre outras medidas que visavam também fortalecer o Sistema Nacional de Inovação) puxaram o crescimento do investimento privado. O aumento de demanda associado às políticas de renda como o Bolsa Família e a contínua valorização real do salário mínimo contribuíram para a redução da pobreza e o alargamento da classe média, causando expansão notável do consumo.

A crise de 2008 teve importantes consequências para que essas medidas se consolidassem e sustentassem a economia brasileira, com a adoção de política fiscal e creditícia (por parte bancos públicos) anticíclicas. Contudo, a manutenção da taxa de juros elevada – associada ao regime de metas de inflação – contrastou com as medidas implementadas, impedindo desvalorização consistente do real.

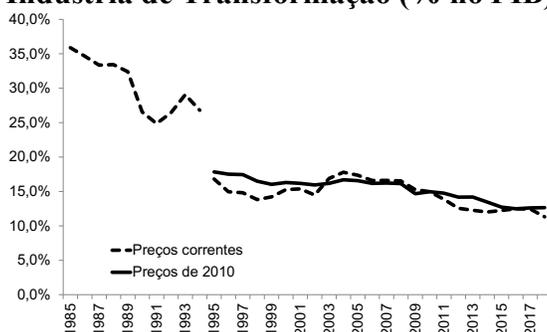
No primeiro governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2014) houve significativa diminuição na taxa Selic (de 12,5% em julho de 2011, para 7,5% em agosto de 2012) e desvalorização cambial de 25% (entre meados de 2011 e maio de 2012) (PAULA E PIRES, 2017). Para estimular o setor industrial, o governo Dilma adotou como principal instrumento a isenção fiscal, incluindo a redução do IPI sobre bens de capital e alguns bens duráveis e a desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra, a postergação do recolhimento do PIS/Cofins; e a redução da alíquota de IOF sobre operações de crédito a pessoas físicas (SCHINCARIOL, 2019).

Porém, desde 2011 o ritmo de crescimento arrefecia, demonstrando as fragilidades estruturais da economia brasileira. Do ponto de vista interno, destacam-se os fatores relacionados à desaceleração dos gastos do governo e dos investimentos públicos, bem como o esgotamento das perspectivas de crescimento da demanda, em um momento em que a economia se aproximava do pleno emprego. Tais efeitos desestimularam os investimentos privados, que em alguma medida também estavam em “greve”, decorrente da resposta dos empresários ao intervencionismo estatal e ao aumento do poder de barganha dos trabalhadores (KALECKI ([1943], 1977; STREECK, 2011; SINGER, 2016; CARVALHO, 2018) – resultante da queda do desemprego e elevação do salário mínimo que, em termos reais, subiu 72%, entre 2003 e 2013. Em 2014 verificou-se tendência de deterioração fiscal como resultado da queda das receitas tributárias (desonerações fiscais e redução do PIB) e do impacto dos juros sobre dívida pública, que voltava a crescer (PAULA E PIRES, 2017).

Dilma iniciou o seu segundo mandato em 2015, após uma vitória difícil, já em um contexto recessivo. A política de austeridade implementada e as consequências da Operação Lava Jato sobre a economia – segundo cálculos das consultorias GO Associados e Tendências a operação contribuiu para

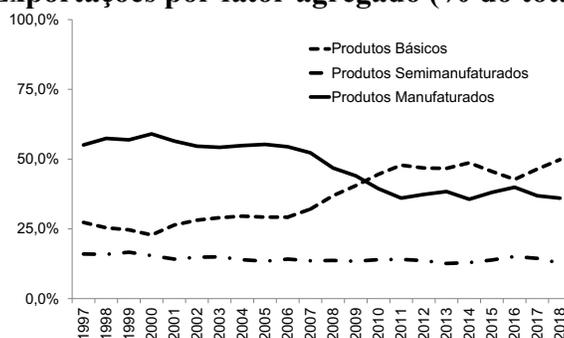
retrações de 2 a 2,5% dos PIB de 2015 e 2016 respectivamente, em decorrência da desestruturação da política industrial existente em torno da Petrobras, dos impactos nos setores metalomecânico, naval, construção civil e engenharia pesada cujas perdas podem totalizar até R\$ 142 bilhões (PAULA E MOURA, 2019) – contribuíram para as quedas consecutivas de 3,8% e 3,6% do PIB, nos anos de 2015 e 2016, elevação do desemprego e construção do espaço político para a contestação do seu segundo mandato.

Gráfico 1 – Indústria de Transformação (% no PIB), 1985-2018.



Fonte: IPEADATA. (*) Devido a uma mudança metodológica o valor de 1994 não pode ser comparado ao de 1995.

Gráfico 2 – Exportações por fator agregado (% do total), 1997-2018.



Fonte: MDIC.

Os governos de Michel Temer, que toma posse após o afastamento de Dilma em maio de 2016, e de Jair Bolsonaro (2019 até o momento) aprofundaram a austeridade, além de empreender uma série de reformas de conteúdo liberalizante, o que teve como consequência queda ou fraco desempenho da taxa de variação real do PIB: em 2017, -3,6%; em 2018, 1%; em 2019, 1,1% e, em 2020, uma queda de 4%. Nestes anos, a degeneração dos indicadores econômicos e sociais em geral é desoladora, de forma que a pandemia encontra o Brasil já em profunda crise. Do ponto de vista produtivo, constatou-se nos anos 2010 o aprofundamento da desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país. Conforme apresentado no Gráfico 1, a participação da indústria no PIB caiu de 35,9% para 26,8% entre 1985 e 1994 e, posteriormente, se manteve em declínio, reduzindo sua participação de 16,8% para 11,3% entre 1995 e 2018, algo que se verifica tanto ao se medir a participação da indústria em valores correntes, quanto ao se descontar a mudança nos preços relativos. Em termos da reprimarização da pauta de

exportações, como se pode verificar no Gráfico 2, a participação de produtos manufaturados nas exportações caiu de 59,0% em 2000 para 36,0% em 2018, e a participação de produtos básicos saltou de 22,8% para 49,8% no mesmo período (ROSSINI, MAGACHO e GASPAR, 2020 – no prelo).

Em 2019, a indústria de transformação representou apenas 11% da atividade econômica. Importa destacarmos que esse resultado evidenciou que a indústria brasileira foi uma das que apresentou maior diminuição da sua atividade no mundo, entre 1970 e 2017, segundo levantamento envolvendo 30 países e utilizando a Base de Dados de Contas Nacionais das Nações Unidas realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2019). A participação da indústria no PIB brasileiro caiu de 21,4% para 12,6% neste período. O Brasil vivenciou a terceira maior contração do setor – ficando na frente apenas da Austrália e do Reino Unido (IEDI, 2019).

Concluindo a sinopse sobre a trajetória da indústria brasileira desde os anos 1970, destacamos que suas transformações tiveram como características marcantes a incorporação de setores produtivos modernos, com notória desigualdade regional. Quando acontece a inflexão neoliberal e a desindustrialização avança, principalmente a partir dos anos 90, as desarticulações de cadeias produtivas provocam tensões nas relações comerciais e produtivas entre as diferentes porções do território nacional, cada vez mais voltadas diretamente com o exterior (SAMPAIO, 2015). Então, tem-se a progressiva fragmentação espacial, a despeito da melhor infraestrutura, porque as relações de complementaridade produtiva entre os diferentes espaços passam a ser descontinuadas (PACHECO, 1998).

Finalmente, cabe colocar em primeiro plano, que o profundo processo de desindustrialização brasileiro⁵ causa apreensão em virtude da sua precocidade (RODRIG, 2016) – isto é, com um nível de renda *per capita* que, de acordo com a literatura especializada, não explica esse processo. Iniciada ainda nos anos 1980 e com renda *per capita* inferior a US\$ 4 mil a desindustrialização cria obstáculos para o desenvolvimento econômico. A indústria é um setor catalizador, no longo prazo, do desenvolvimento econômico, em decorrência:

- (i) do seu potencial de possibilitar efeitos de encadeamento do produto e do investimento;
- (ii) da maior geração e difusão de P&D e inovações que pode impulsionar a produtividade da própria indústria e de outros setores;
- (iii) das economias de escalas estáticas e dinâmicas que pode propiciar; (iv) da maior elasticidade-renda da demanda por seus produtos, atenuando a restrição externa do país exportador de manufaturados, elevando a autonomia financeira do país em relação aos ciclos de liquidez internacionais;
- (iv) a qualidade e o ritmo podem diminuir distorções distributivas e ambientais, a partir da ação estatal (TORRES E CAVALIERI, 2015; FERRAZ, KUPFER E IOOTY, 2004; OREIRO E FEIJÓ, 2010, MARCONI et al 2016).

⁵ Ver, dentre outros: PALMA, 2005; BONELLI; PESSÔA, 2010; CANO, 2012; MORCEIRO, 2012 e 2019; BRESSER-PEREIRA, 2008; OREIRO E FEIJÓ 2010; HIRATUKA E SARTI, 2017; NASSIF, BRESSER-PEREIRA e FEIJÓ, 2017.

Ademais, tal como afirma Singer (1950, p. 477) "a mais importante contribuição da indústria não é seu produto imediato [...] nem mesmo seus efeitos sobre outras indústrias, mas [...] seu efeito sobre o nível geral de educação, habilidade, modo de vida, inventividade, estoque de tecnologia”.

3. A MMP na indústria brasileira

Diversos autores seminais do campo da economia regional brasileira, como Wilson Cano, Carlos Américo Pacheco, Célio Campolina Diniz e João Saboia – a despeito de terem divergências acerca das tendências locais a partir das reformas econômicas dos anos 1990 – concordam em apontar que até 1970 se observou tendência à concentração da atividade na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Compartilham o entendimento de que, dada a escassez de recursos para a promoção da industrialização, a concentração regional faria com que o processo ganhasse eficiência na alocação de recursos (ABDAL, 2017). Naquele momento, a concentração industrial brasileira foi beneficiada pela dissociação da política industrial e regional e por uma construção federativa que dificultava a entrada de produtos estrangeiros e direcionava a demanda nacional de bens industrializados para o parque produtivo organizado em torno do eixo Rio-São Paulo (OLIVEIRA, 2018). Esta importante restrição institucional concorreu para que o estado de São Paulo se tornasse o mais poderoso centro dinâmico do Brasil (CANO, 1977). Tal processo reproduziu e acentuou as desigualdades inter-regionais, ocasionando o que Milton Santos chamou de "macrocefalia", isto é, rápido e desordenado crescimento das cidades, gerando diversos problemas sócio espaciais.⁶

Na segunda metade dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, buscando atenuar a crescente desigualdade regional, políticas de fomento à indústria para além da RMSP foram implementadas e reforçaram o movimento de desconcentração iniciados pela criação da Zona Franca de Manaus (1957), Sudene (1959) e Sudam (1966). A despeito disso, a RMSP e sobretudo a capital continuaram tendo relevância central na indústria nacional e ampliou as suas funções de comando da economia brasileira. Em um momento subsequente, passou a prevalecer, como já indicado, um movimento condicionado pela integração internacional da economia brasileira e maior liberdade das forças de mercado. Tal como resume Abdal (2017), esse movimento fez com que: (i) o desenvolvimento de cada região fosse abandonado à própria sorte e prevalecesse a competição regional por recursos e investimentos; (ii) houvesse, no cenário já condicionado pelo plano real, modernização tecnológica das empresas, via importação de máquinas e equipamentos, o que resultou em crescimento da produtividade sem aumento do nível de emprego; (iii) eliminação de linhas e produtos menos competitivos; (iv) terceirização de

⁶ Segundo a definição de Milton Santos, macrocefalia urbana é “a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles que propicia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, que comprometem substancialmente a segurança pública urbana.” (2004, p. 306)

ocupações não ligadas a atividade principal; (v) a competição regional desbancasse o combate às desigualdades regionais; (vi) as ações de política regional passassem a ser protagonizadas por municípios e estados, dando origem a chamada guerra fiscal.

Como resultado da dinâmica das décadas de 1980 e 1990, Diniz (1993) afirma que o arranjo regional resultante se estruturou por meio de uma área cujos pontos de referência são Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. Essa grande região abarcou a maior parte dos novos investimentos e do espraiamento industrial da RMSP em virtude das suas deseconomias de aglomeração, da ação estatal desconcentradora, da maior integração do mercado nacional e do alargamento da fronteira agro mineral. No âmbito desta imensa área identificada, a MMP aparece com destaque, em virtude das suas características – descritas na seção I – e da sua dinâmica recente que discutiremos a partir dos dados atinentes ao VTI presentes no Mapa da Indústria Paulista (SEADE, 2019), da distribuição da participação do PIB e do valor agregado por grandes setores. Para o detalhamento espacial desta dinâmica no âmbito da Macrometropole paulista, destacam-se três territórios: o município de São Paulo, o chamado Anel Metropolitano (AM) (o “resto” da região metropolitana de São Paulo, tirando-se o município da capital) e o Entorno Macrometropolitano (EM).

O Mapa da Indústria da Fundação SEADE demonstra que a participação estadual de São Paulo no valor adicionado (VA) brasileiro diminuiu de 34,8% em 2006 para 30,7% do total em 2015, sendo que o ESP respondia, respectivamente, por 33,9% e 32,4% do PIB. Portanto, apesar de ainda muito expressiva a contribuição do estado para o Brasil, houve maior queda na indústria do que no total das atividades econômicas. Entretanto, destaca-se que o ESP passou a deter ainda maior parcela no setor de serviços ao longo do tempo, passando de 34,1% para 37,9%. A contribuição do ESP para o Brasil se explica em boa medida pela MMP, principalmente em virtude da importância dos serviços e indústria. Em 2006, a MMP respondia por 27,9% do PIB brasileiro, 28,4% do VA industrial e 28,2% do VA de serviços; em 2015, 26,9%, 24,7% e 32%, respectivamente. As variações observadas na MMP estão em consonância com as do ESP. Tomando-se por categorias da indústria de transformação, a tabela 5 mostra que tal desconcentração interna em prejuízo do ESP no espaço nacional foi maior nos bens de consumo duráveis (- 9,3 pontos percentuais) e nos bens intermediários (-7,2 pontos percentuais). Nos bens de capital houve manutenção da proporção do VTI e nos bens de consumo não duráveis, uma perda de apenas 2,6 p.p..

Tabela 5 - Participação da Indústria paulista no VTI do Brasil (em percentual).

Tipo de produto	2003	2016
bens de consumo não duráveis	35,90%	32,50%
bens de consumo duráveis	53,10%	43,80%
bens intermediários	43,60%	36,40%
bens de capital	52,70%	52,30%
Total	43,80%	37,50%

Fonte: F Seade-Mapa da indústria paulista 2003-2016. São Paulo, Seade, abril de 2019, pag. 6.

Nos bens de consumo não duráveis a maior queda se deu em artigo de vestuário e acessórios (10 pontos percentuais). As quedas em produtos alimentícios (3 pontos percentuais), bebidas (5,6 pontos percentuais) e produtos farmacêuticos e bioquímicos (2,7% pontos percentuais) foram menos significativas. A participação do ESP nos produtos farmoquímicos e farmacêuticos continua superior a 70%. Nos bens intermediários a grande diferença se deu em biocombustíveis, com queda de mais de 32 pontos percentuais). As usinas paulistas deram preferência à produção de açúcar em lugar da de etanol, devido ao preço no mercado internacional no período. Percebe-se queda da participação paulista também na celulose e produtos de papel, nos derivados de petróleo, nos produtos de borracha e material plástico, nos produtos têxteis e de metal. Nos bens de consumo duráveis verificou-se perda relativa na fabricação de veículos automotivos e peças e de eletrodomésticos, além de grande perda na produção de aparelhos de áudio e vídeo. Em relação aos bens de capital, a situação ficou praticamente estável. A tabela 6 descreve a proporção paulista no VTI dos diversos setores de atividades.

Estes movimentos mostram-se coerentes com a proposição de Abdal (2009) de que a desconcentração industrial da RMSP para as outras regiões do país seguiu um padrão geral correspondente aos graus de modernidade e dinamismo: as atividades que ali permaneceram e/ou se expandiram foram aquelas mais modernas e dinâmicas.

Tabela 6 - Participação do Estado de SP (ESP) no VTI brasileiro, segundo categorias de uso e setor de atividade, entre 2003 e 2016 (%).

categorias de uso	setor de atividade	SP/BRASIL	
		2003	2016
bens de consumo não duráveis	produtos alimentícios	36,1	33,3
	bebidas	26,1	20,5
	produtos do fumo	2,4	0,2
	produtos farmo químicos e farmacêuticos	73,2	70,5
	vestuários e acessórios	33,6	23,6
	couros e artefatos de couro	14,9	15
	SUB-TOTAL	35,9	32,5
bens de consumo duráveis	automóveis, camionetas e utilitários, peças e acessórios	60,0	52,1
	móveis	0,4	27,3
	aparelhos de recepção, reprodução, gravação e ampliação de audio e video	20,9	4
	eletrodomésticos	49,6	36,5
	SUB-TOTAL	53,1	43,8
bens intermediários	produtos de madeira	15,4	13,5
	celulose e produtos de papel	47,1	34,4
	impressão e reprodução de gravações	56,7	43,3
	derivados de petróleo	46,0	36,5
	biocombustíveis	61,9	29,5
	produtos químicos	48,6	44,6
	produtos de borracha e de material plástico	60,0	47,6
	minerais não metálicos	32,8	33,6
	metalurgia	24,9	22,2
	produtos têxteis	43,3	35,1
	produtos de metal	49,0	36,8
	SUB-TOTAL	43,6	36,4
bens de capital	equipamento de informática, eletrônicos e ópticos (exceto aparelhos de recepção)	44,0	50,1
	caminhões e ônibus	54,6	63,8
	cabines, carrocerias e reboques	33,0	25,6
	outros equipamentos de transporte	54,7	52,9
	máquinas, aparelhos e materias elétricos (exceto eletrodomésticos)	55,2	52,2
	máquinas e equipamentos	57,4	53,8
	SUB-TOTAL	52,7	52,3
	Fabricação de produtos diversos	51,6	41,9
	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	40,6	30,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual, in Fundação Seade, Mapa da Indústria Paulista, pag. 7.

A Tabela 7 revela que o espaço da Macrometropole paulista concentra a maior parte do VTI produzido no estado de São Paulo: 84,10% em 2013 e 77,63% em 2016, embora esta parcela mostre forte diminuição de quase 6,5 pontos percentuais. Esta diminuição atesta a dispersão da indústria entre os demais municípios do estado, que em 2003 representavam 15,90% do VTI estadual, subindo para 22,37% em 2016.

Tabela 7- Proporção do VTI de cada unidade territorial da macrometrópole no VTI do estado de São Paulo, 2003 a 2016 (em porcentagem).

unidades territoriais	VTI/VTI Estadual		2016-2003
	2003	2016	
RM São Paulo	40,60%	30,90%	-9,70
RM Campinas	15,80%	16,10%	0,30
RM Vale Paraíba Litoral Norte	11,70%	9,90%	-1,80
RM Sorocaba	4,30%	6,32%	2,02
RM Baixada Santista	4,60%	4,00%	-0,60
AU Piracicaba	4,20%	6,10%	1,90
AU Jundiaí	2,90%	4,44%	1,54
MMP	84,10%	77,63%	-6,47

Fonte: F Seade, 2019

Percebe-se que a maior perda relativa se deu na Região Metropolitana de São Paulo, de 23,15%. Esta perda deve-se sobretudo pela redução da contribuição do município de São Paulo (14,8% do VTI estadual em 2003 e 9,0% em 2016) e dos municípios do ABC. Esta redução foi resultante da reestruturação do setor metal mecânico e da cadeia produtiva automobilística (SEADE, 2019). As regiões metropolitanas da Baixada Santista e do Vale do Paraíba Litoral Norte também acusaram perdas, mas bem menores (1,3% no caso da Baixada e 1,5% para o Vale do Paraíba Litoral Norte). No caso do Vale do Paraíba, a redução mais notável se deu no município de São Jose dos Campos (7,1% para 4,5% do VTI industrial do estado entre 2003 e 2016). O maior ganho foi na Aglomeração Urbana de Jundiaí, com aumento de 1,54 pontos percentuais, ou 53% do peso relativo, seguida pela Região Metropolitana de Sorocaba, com aumento de 47% (2,02 pontos percentuais) no peso relativo no VTI estadual e pela Aglomeração Urbana de Piracicaba, com aumento de 1,90 pontos percentuais, equivalente a 45%. A Região Metropolitana de Campinas também teve um pequeno ganho neste intervalo de 13 anos, com aumento de 0,30 pontos percentuais, equivalente a quase 2% do seu peso relativo no VTI estadual.

Tabela 8 - Macrometrópole: Estrutura do VTI da indústria de transformação 2003-2016

ano	bens de capital	bens intermediários	bens de consumo durável	bens de consumo não durável
2003	12,93%	60,23%	12,58%	14,25%
2004	14,90%	62,56%	13,74%	8,80%
2005	14,68%	61,90%	13,68%	9,73%
2006	15,05%	60,88%	14,02%	10,04%
2007	14,90%	58,84%	16,30%	9,96%
2008	15,43%	58,15%	17,04%	9,38%
2009	14,13%	56,03%	18,61%	11,23%
2010	14,81%	55,14%	19,36%	10,69%
2011	15,38%	56,02%	17,61%	10,98%
2012	15,67%	55,79%	16,88%	11,66%
2013	15,94%	56,86%	15,91%	11,28%
2014	15,71%	57,52%	14,75%	12,01%
2015	15,35%	58,86%	12,65%	13,14%
2016	14,81%	58,73%	12,13%	14,33%

Fonte: F Seade, 2019. Elaboração própria

Na Tabela 8 verifica-se o aumento na produção de bens de capital, que representavam 12,93% do VTI da MMP em 2003 e foram aumentando a participação até 15,94% em 2013, caindo para 14,81% em 2016. Já em relação aos bens intermediários a tendência foi a de diminuição do percentual relativo de 60,2% em 2003 para 58,7% em 2016 (tendo assinalado um vale em 2011, 55,1%). Em relação aos bens de consumo duráveis, após um ápice de 19,36% em 2010, o peso relativo caiu para 12,13% em 2016. Já entre os bens de consumo não duráveis, após uma diminuição do peso relativo para pouco mais que 9%, tornou a acontecer um aumento, e em 2016 o percentual que estes produtos representavam no VTI era de 14,33%.

A evolução do VTI por categorias de uso na MMP é marcada, em geral, pelas seguintes tendências, com inflexão aproximadamente em 2011: de um lado, bens intermediários e de consumo não durável perdem participação de 2003 a 2011, depois retomam; por outro lado, bens de consumo duráveis e de capital ganham participação no primeiro período e, em seguida, perdem. Estes comportamentos refletem o padrão de acumulação dos governos Lula, baseado em consumo e investimento, que na MMP levou as indústrias mais intensivas em tecnologia a crescerem mais do que as demais, revertendo-se a tendência em seguida quando o ciclo econômico enfraquece – como apontado na seção 2.

Ampliando-se a lente sobre o nível espacial dentro do tecido da MMP, os dados permitem observar os processos de dispersão e de desindustrialização em 3 territórios: o MSP, o Anel Metropolitano (AM) e o Entorno Macrometropolitano (EM).

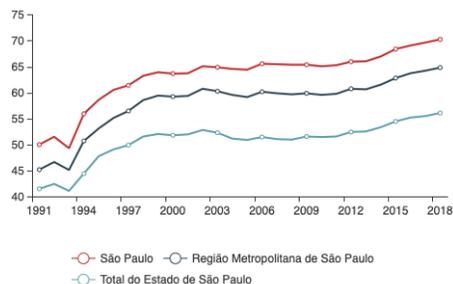
Tabela 9 - Município de São Paulo (MSP): estrutura do VTI da indústria de transformação, 2003-2016.

ano	bens de capital	bens intermediários	bens de consumo durável	bens de consumo não durável
2003	19,53%	49,80%	5,31%	25,36%
2004	21,76%	55,03%	6,16%	17,04%
2005	20,88%	54,28%	5,94%	18,90%
2006	21,02%	53,93%	5,81%	19,25%
2007	21,60%	49,32%	7,25%	21,82%
2008	21,52%	50,13%	7,07%	21,28%
2009	18,56%	49,54%	7,35%	24,54%
2010	19,39%	51,43%	7,38%	21,81%
2011	19,28%	49,02%	6,65%	25,04%
2012	19,22%	48,37%	6,69%	25,73%
2013	18,38%	48,81%	6,29%	26,53%
2014	17,58%	49,24%	5,14%	28,03%
2015	17,30%	48,69%	4,23%	29,77%
2016	15,80%	48,23%	3,78%	32,18%

Fonte F Seade, 2019. Elaboração própria.

No Município de São Paulo, o percentual do VTI devido a bens de capital decresceu continuamente após 2008; de outro lado, percebe-se um forte aumento no peso dos bens de consumo não durável, que atingiram mais de 32% do VTI em 2016. Os bens intermediários variaram em torno de 50%, com tendência à diminuição, enquanto que os de consumo durável diminuíram desde 2007. Em meados de 2019, os serviços, por sua vez, superaram 88% do PIB produzido da cidade (IBGE e SEADE) e a representatividade dos empregos formais do setor de serviços no total de empregos formais (conforme gráfico abaixo, cerca de 70%), evidenciam o aprofundamento do processo, iniciado no começo da década de 1990, de consolidação da capital paulista como centro prestador de sofisticados serviços corporativos e financeiros (DINIZ e DINIZ, 2004; COMIN et al., 2012)⁷, o que resultou da abertura econômica e da maior estabilidade de preços dessa década. A estratégia empresarial, antes restrita a guerra de preços, passou a ser pautada também pela busca de eficiência e novos serviços ao consumidor, o que faz da cidade de São Paulo, segundo Gaspar (2012), um bom exemplo das tendências atuais da economia globalizada e seus impactos em urbanidades compactas, historicamente constituídas em função da indústria, em países em desenvolvimento.

Gráfico 4 -Participação dos empregos formais dos serviços no total de empregos formais (%), 1991-2018.



Fonte: SEADE. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/#>. Acesso em: 15/12/2020.

⁷ Bessa Turpi e Sinder (1999, 104) evidenciam que "a partir do crescimento das importações, com a oferta de novos produtos, marcas e preços mais competitivos que os similares nacionais, iniciou-se uma dinâmica de transformação das expectativas de consumo e inserção das empresas nos circuitos internacionais de comércio". Tais mudanças implicaram a introdução de novos métodos gerenciais, terceirização de atividades, eliminação de pontos deficitários, redimensionamento de tamanho e informatização para gestão dos estoques.

Contudo, tal processo não pode ser tomado como sinônimo simples de desindustrialização, pois os serviços de natureza empresarial ligados à esfera produtiva adquirem significativa importância para a própria indústria. O crescimento do terciário avançado na capital paulista está associado à base industrial do Anel Metropolitano e Entorno Macrometropolitano e aos vínculos que a economia de conhecimento estabelece com a chamada economia real (COMIN e AMITRANO, 2003).

Tabela 10 - Anel Metropolitano (AM): estrutura do VTI industrial, 2003 -2015.

ano	bens de capital	bens intermediários	bens de consumo durável	bens de consumo não durável
2003	11,28%	55,31%	19,37%	14,04%
2004	12,02%	57,12%	20,76%	10,11%
2005	12,67%	54,79%	21,35%	11,18%
2006	12,56%	54,07%	22,07%	11,30%
2007	12,18%	50,84%	25,40%	11,58%
2008	13,12%	49,53%	26,84%	10,50%
2009	12,75%	48,15%	27,74%	11,37%
2010	12,69%	46,66%	30,12%	10,53%
2011	12,67%	47,52%	29,13%	10,68%
2012	13,13%	47,91%	26,66%	12,29%
2013	12,93%	49,62%	25,28%	12,18%
2014	12,95%	51,57%	22,00%	13,48%
2015	12,60%	55,29%	16,93%	15,18%
2016	12,48%	56,34%	15,79%	15,39%

Fonte: Fundação Seade, 2019. Elaboração própria

A estrutura dos bens produzido no AM difere bastante da do município: na capital, o VTI relativo aos bens de consumo não duráveis atingiu 32,18% do total municipal em 2016, enquanto que no AM este percentual ficou em 15,39%, de outro lado, no Anel a percentagem relativa a bens de consumo duráveis foi 15,79%, enquanto que no município central ela ficou em apenas 3,78% em 2016. Em relação aos bens intermediários o município também apresenta peso relativo bem inferior ao do AM e, quanto aos bens de capital, também o Anel se destaca.

A estrutura da produção do tipo de bem se manteve relativamente estável no AM para os bens de capital e intermediários. Entre os bens de consumo durável, notou-se uma queda relativa: o seu peso chegou a mais de 30% em 2010, caindo para menos de 16% em 2016.

Tabela 11 - Entorno Macrometropolitano (EM): estrutura do VTI industrial, 2003-2016.

ano	bens de capital	bens intermediários	bens de consumo durável	bens de consumo não durável
2003	11,74%	66,52%	11,00%	10,74%
2004	14,55%	67,90%	11,91%	5,64%
2005	13,90%	68,21%	11,79%	6,10%
2006	14,66%	66,73%	12,01%	6,60%
2007	14,67%	65,88%	13,52%	5,93%
2008	15,25%	64,99%	13,92%	5,85%
2009	13,82%	62,15%	16,16%	7,87%
2010	14,86%	60,95%	16,26%	7,93%
2011	15,94%	62,39%	13,89%	7,78%
2012	16,19%	61,53%	14,11%	8,17%
2013	16,96%	62,16%	13,20%	7,69%
2014	16,70%	62,22%	13,18%	7,90%
2015	16,23%	62,53%	12,34%	8,89%
2016	15,68%	61,80%	12,03%	10,49%

Fonte. F Seade, 2019. Elaboração própria.

Percebe-se, pela Tabela 11, o aumento do peso dos bens de capital, que chegaram a ser quase 17% do VTI da área em estudo em 2013. O peso dos bens intermediários é também maior que no AM e no município central. Já o percentual relativo dos bens de consumo durável é bem menor que no município

central ou no Anel, embora tenha aumentado no decorrer dos 13 anos estudados. Tais dados, quando observados em conjunto com as informações do AM e MSP, ratificam a tendência de os empreendimentos produtivos mais tradicionais, trabalho-intensivos e/ou muito dependentes de custos situarem-se no EM e/ou em outras áreas do estado de São Paulo. Propensão que se explica em virtude da boa disponibilidade de infraestruturas de transportes e comunicação, da ocorrência de maior competição via incentivos entre as cidades do estado de São Paulo pela atração de indústrias, pela oferta de terrenos e construção de áreas industriais em médias e pequenas cidades do interior paulista a preços menores, além das deseconomias de escala socioespaciais presentes em áreas densamente industrializadas (custo da terra, trânsito excessivo, atuação sindical, elevação dos custos com mão de obra etc.). Também se apreende que os pesos relativos das categorias de uso industriais na estrutura produtiva muda bastante por unidade territorial: na capital, a produção de bens de consumo não durável tem uma parcela relativa mais significativa do que nas demais; no AM, os bens intermediários; no EM, bens intermediários e de capital.

A tabela 12 mostra ainda que através do período 2003-2016 o município de São Paulo teve perdas no peso relativo do VTI macrometropolitano em todos os tipos de bens. A maior perda de VTI industrial foi nos bens de capital (-13,66) e a menor perda, em pontos percentuais, foi nos bens de consumo duráveis, onde a sua participação era já reduzida. Mas mesmo nos bens de consumo não duráveis, onde sua participação na Macrometropole atinge o seu maior valor relativo (25,67%), verifica-se uma perda relativa de 4,80 pontos percentuais, equivalente a quase 16% do seu peso em 2003.

O Anel Metropolitano (RMSP-MSP) também mostrou perdas em relação ao seu peso relativo na Macrometropole em todos os tipos de atividade, embora bem menores que as perdas do município da capital. Sua perda relativa mais significativa foi na categoria bens de consumo duráveis, com perda de -10,04 pontos percentuais, ou seja, mais de 20% do valor inicial devido à progressiva saída da indústria do ABC paulista, sobretudo a automotiva. De outro lado, o chamado Entorno apresentou ganhos relativos em todos os tipos de bens. O maior ganho relativo foi justamente em relação aos bens de capital, cuja produção já era liderada pelo EM desde o início do período. Entre 2003 e 2016 o peso relativo deste Entorno subiu 17 pontos percentuais, mais que 35% do seu valor relativo em 2003. Em relação aos bens intermediários o aumento foi de quase 11% (6,25 pontos percentuais). Para os bens de consumo duráveis o aumento foi de 32% e para os de consumo não durável, onde sua participação, embora grande, sempre foi menor que nos outros tipos de atividades, o ganho foi de 5,12 pontos percentuais, ou seja, 13%.

Tabela 12 - Percentual da participação de cada segmento territorial no tipo de bem na macrometropole, 2003 a 2016 (em %).

ano	bens de capital			bens intermediários			bens de consumo duráveis			bens de consumo não durável		
	MSP	RMSP-MSP	MMP-RMSP	MSP	RMSP-MSP	MMP-RMSP	MSP	RMSP-MSP	MMP-RMSP	MSP	RMSP-MSP	MMP-RMSP
2003	25,86	26,66	47,48	14,16%	28,07%	57,78%	7,23%	47,04%	45,73%	30,47%	30,11%	39,43%
2004	22,91	24,90	52,19	13,80%	28,19%	58,01%	7,04%	46,65%	46,31%	30,35%	35,44%	34,21%
2005	23,49	25,76	50,75	14,49%	26,42%	59,09%	7,18%	46,60%	46,22%	32,08%	34,29%	33,63%
2006	22,49	24,95	52,56	14,27%	26,57%	59,16%	6,67%	47,09%	46,23%	30,86%	33,67%	35,47%
2007	20,85	25,34	53,80	12,05%	26,78%	61,17%	6,39%	48,28%	45,33%	31,50%	36,01%	32,50%
2008	18,76	26,61	54,63	11,59%	26,64%	61,77%	5,58%	49,28%	45,15%	30,50%	35,03%	34,47%
2009	17,83	28,42	53,75	12,00%	27,06%	60,94%	5,36%	46,93%	47,71%	29,65%	31,85%	38,49%
2010	18,37	26,82	54,81	13,09%	26,50%	60,41%	5,35%	48,73%	45,92%	28,63%	30,85%	40,52%
2011	16,78	25,35	57,87	11,72%	26,11%	62,18%	5,06%	50,90%	44,04%	30,53%	29,93%	39,54%
2012	15,81	24,87	59,32	11,18%	25,49%	63,33%	5,11%	46,89%	48,00%	28,46%	31,29%	40,25%
2013	13,91	23,83	62,26	10,36%	25,64%	64,00%	4,77%	46,68%	48,56%	28,39%	31,72%	39,89%
2014	13,83	24,00	62,17	10,58%	26,12%	63,30%	4,31%	43,44%	52,26%	28,85%	32,67%	38,48%
2015	13,53	22,81	63,66	9,93%	26,11%	63,96%	4,02%	37,22%	58,77%	27,20%	32,10%	40,70%
2016	12,20	23,35	64,46	9,39%	26,58%	64,03%	3,57%	36,08%	60,36%	25,67%	29,77%	44,55%

Fonte F Seade, 2019. Elaboração própria.

Tomando-se apenas a somatória dos bens de capital, intermediários, consumo durável e não durável, o peso do EM, ou seja, do território da Macrometropole que envolve a metrópole paulista, nota-se que o seu peso no valor de transformação industrial sobe continuamente desde 2009, atingindo mais de 60% em 2016, 10 pontos percentuais a mais que em 2003. De outro lado, o peso do município da capital vem diminuindo gradualmente. Nos 13 anos estudados perdeu 6,47 pontos percentuais, equivalentes a 37% do seu valor em 2003. O Anel Metropolitano (AM) perdeu apenas 2,64 pontos percentuais, 8,61% do seu peso em 2003. Nota-se, assim, o espraiamento da produção da indústria de transformação numa onda centrífuga em relação ao município da capital e em direção do Entorno.

Analogamente, Severian (2018), ao examinar os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2000 e 2015, relativos à Mesorregião Metropolitana de São Paulo⁸, também conclui que efeitos centrípetos decorrentes das deseconomias de aglomeração na cidade de São Paulo estejam influenciando o deslocamento das firmas e do emprego industrial para os demais municípios analisados em seu estudo. A cidade de São Paulo continua concentrando as firmas e os empregos industriais, cujo perfil tende a ser de maior intensidade tecnológica e poupadora de fator trabalho, beneficiando-se com os efeitos das economias de aglomeração. Nesse sentido, concordamos com o autor que o novo perfil espacial da indústria na cidade-região de São Paulo “não pode ser entendido como de simples repulsão à indústria” (SEVERIAN, 2018, p. 46), mas como relação de complementariedade e diversificação de produtos e serviços, que atendem aos padrões de inserção dessas empresas nas cadeias produtivas globais, bem como aos processos de urbanização e modernização dos padrões de vida e consumo de sua população.

⁸ “Além dos 39 municípios da RMSP presentes na MMSP, os seis municípios pertencentes à Microrregião de Santos também são agregados a esta, fazendo com que a MMSP conte com 45 municípios” (Severian, 2018, p. 41).

Tabela 13- Proporção do VTI de cada segmento territorial no VTI da macrometropole, 2003-2016.

ano	Entorno/MMP	anel/MMF	MSP/MMP
2003	51,92%	30,65%	17,44%
2004	53,04%	30,71%	16,23%
2005	53,91%	30,11%	16,98%
2006	53,16%	30,32%	16,51%
2007	54,01%	31,05%	14,93%
2008	54,54%	31,35%	14,11%
2009	53,77%	31,69%	14,53%
2010	54,10%	31,47%	14,43%
2011	54,96%	30,98%	14,07%
2012	56,77%	30,16%	13,07%
2013	58,40%	29,38%	12,22%
2014	58,49%	29,36%	12,14%
2015	60,66%	27,96%	11,40%
2016	62,02%	28,01%	10,97%

Fonte. F SEADE, 2019. Elaboração própria.

Considerações finais

Ao longo dos últimos 30 anos o perfil das firmas que se localizam no MSP e na RMSP se caracterizou por maior intensidade tecnológica e por poupar trabalho, pois se acentuaram nessas áreas deseconomias de aglomeração com efeitos centrípetos para as empresas e o emprego industrial que se moveram para cidades do EM, fazendo da MMP uma “cidade-região” (SOJA, 2015) na qual as atividades econômicas desenham nova forma de aglomeração urbana, dispersa e fragmentada (TAVARES, 2020). Tendo este diagnóstico e o resgate da trajetória histórica da indústria brasileira em vista, evidenciamos neste artigo, por meio de informações relativas ao VTI (SEADE, 2019), alguns dos principais movimentos que pautaram a recente dinâmica econômica-industrial da MMP.

Tais informações evidenciam que a contribuição do ESP para o VA do país se explica em boa medida pela MMP, principalmente em virtude da importância dos serviços e indústria. Esta publicação também deixa patente a ocorrência de movimentos de magnitude similar, entre 2006 e 2015, de decréscimo da participação do ESP no valor adicionado industrial brasileiro e de crescimento da contribuição do estado no VA de serviços. Quando observamos as categorias da indústria de transformação (tabela 5), percebemos que a desconcentração interna em detrimento do ESP foi maior nos bens de consumo duráveis e nos bens intermediários (nesta ceara, a queda de mais de 30% dos biocombustíveis merece destaque), ao passo que nos bens de capital houve manutenção da contribuição do estado para o VTI nacional e nos bens de consumo não duráveis houve pequena perda.

Quando direcionamos nossa atenção para a participação do ESP no VTI brasileiro, segundo categorias de uso e setor de atividade (tabela 6), tona-se, mais uma vez, notória a importância da MMP, a despeito da ocorrência de importante queda, entre 2013 e 2016 (84,10% e 77,63% respectivamente), decorrente, em parte, da dispersão da indústria da macrometrópole para outros municípios do estado – o VTI dos demais municípios do ESP passou de 15,90% em 2003 para 22,37% em 2016. Por sua vez, ao lançarmos luz sobre o VTI de cada unidade territorial da MMP e sua relação com o VTI do ESP, nota-se

que a maior perda relativa ocorreu na RMSP, resultado da diminuição da contribuição para o VTI estadual do MSP e dos municípios do ABC – neste último caso, resultado das recomposições sofridas pelo setor metal mecânico e pela cadeia produtiva de autos.

A dinâmica do VTI por categorias de uso na MMP (tabela 8) é caracterizada pelos seguintes comportamentos: enquanto os bens intermediários e de consumo não durável perdem participação de 2003 a 2011 e depois, entre 2011 e 2016, recuperam, os bens de consumo duráveis e de capital ganham participação no primeiro período e perdem no subsequente. Tais desempenhos foram consequências da dinamização do consumo e investimento que estruturaram o padrão de acumulação dos governos Lula, que fez com que na MMP as indústrias intensivas em tecnologia crescessem mais do que as demais, revertendo-se a tendência em decorrência do subsequente enfraquecimento do ciclo econômico.

Ao focarmos os territórios da MMP, alcançamos resultados que permitem acompanharmos os processos de dispersão e de desindustrialização no MSP, no AM e no Entorno Macrometropolitano (EM). No MSP, o VTI resultante de bens de capital diminuiu reiteradamente a partir de 2008, ao passo que houve forte aumento no peso dos bens de consumo não durável (cerca de 31% do VTI do município em 2016). Além disso, ocorreu importante redução na participação dos bens intermediários e de consumo durável. Os serviços, por sua vez, superaram 88% do PIB produzido na cidade em 2019 (IBGE e SEADE) e a importante representatividade dos empregos formais desse setor (cerca de 70%) no total de empregos formais, evidenciam efeitos do processo, iniciado há cerca de 30 anos, de fortalecimento do MSP como centro prestador de serviços corporativos e financeiros – o que não significa necessariamente desindustrialização, pois parte do terciário da cidade está vinculado à base industrial dos AM e EM. No Anel, a participação dos bens intermediários foi quase 10 p.p. maior do que a do MSP, além disso, no AM, o desempenho dos bens de consumo não durável e duráveis representaram, em ambos os casos, cerca de 15% (enquanto que no MSP, foi de 3,78% em 2016). Já no EM houve o aumento do peso dos bens de capital (quase 17% do VTI da área em 2013). A relevância dos bens intermediários é também maior que no AM e no MSP. O percentual relativo dos bens de consumo durável, por sua vez, é bem menor que no MSP ou no Anel, mesmo que tenha crescido ao longo do recorte temporal estudado. Tais dados ratificam a tendência – já verificada em outros trabalhos que utilizaram as informações da RAIS (TORRES-FREIRE; ABDAL, 2010; SEVERIAN, 2018) – de os empreendimentos trabalho-intensivos e/ou muito dependentes de custos situarem-se no Entorno e/ou em outras áreas do estado de São Paulo. Portanto, na capital, os bens de consumo não durável possuem parcela relativa mais expressiva do que nas demais; no AM, os bens intermediários aparecem com destaque; no EM, as maiores contribuições para o VTI resultam dos bens intermediários e de capital.

Os dados organizados por meio da tabela 12 evidenciam que ao longo do período estudado, o MSP vivenciou perdas no peso relativo do VTI macrometropolitano em todos os tipos de bens (principalmente nos bens de capital). Mesmo na frente onde sua participação na Macrometropole é mais relevante (bens de consumo não duráveis, 25,67%) verificou-se perda relativa de quase 16% do peso que possuía em 2003. O Anel Metropolitano do mesmo modo enfrentou perdas em relação ao seu peso relativo na MMP em todas as atividades (principalmente em categoria bens de consumo duráveis, - 10,04%), conquanto menos acentuadas do que aquelas verificadas no MSP, o que pode ser atribuído à gradual saída da indústria do ABC paulista. Por seu turno, o EM teve ganhos relativos em todos os tipos de bens, com destaque para os bens de capital. Em 2016, o peso relativo do VTI do Entorno subiu mais que 35% em relação ao verificado em 2003.

Os resultados anteriores corroboram as formulações – realizadas em diálogo direto com a tese da formação da MMP – que trabalham com a hipótese da hierarquia da desconcentração industrial da RMSP, segundo a qual notadamente os setores mais dependentes de custos e de menor intensidade de tecnologia apresentariam tendências centrifugas em relação à MMP e, sobretudo, à RMSP (ABDAL, 2009 e ABDAL et al., 2014). Tendo em vista apenas a somatória dos bens de capital, intermediários, consumo durável e não durável, o peso do EM no valor de transformação industrial se ampliou a partir de 2009, alcançando mais de 60% no ano final do recorte temporal que temos em vista. No que concerne ao peso do MSP, aferimos que esse vem se estreitando gradualmente – ao longo do período estudado, perdeu cerca 37% do que fora em 2003. Em contrapartida, o AM perdeu apenas 8,61% do seu peso de 2003. Distingue-se, assim, a difusão da produção da indústria de transformação por meio de um movimento centrifugo a partir do MSP e Anel em direção do Entorno Macrometropolitano.

Bibliografia

- ABDAL, A. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo: Para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. *Novos estud. CEBRAP*. vol.36 no.1, 2017.
- ABDAL, A; MACEDO, C. F.; ROSSINI, G. A. A., GASPARI, R. C. Caminhos e descaminhos da macrometropole paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas. *Cad. Metrop.*, v.21, n.44, pp.145-168, 2019.
- ABDAL, A. *São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da Macrometropole paulista*. São Paulo: Papagaio, 2009.
- BESSA, V. C, M. E. TURPIN; M. Estrutura econômica e tecnológica do comércio". *Revista São Paulo em Perspectiva*, 13, 1-2, 1999.
- BIELSCHOWSKY, R. *Investimentos na indústria brasileira, 1995/97. Características e determinantes*. Rio de Janeiro: CNI, 1998.
- BONELLI, R. Industrialização e Desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. In: *Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento*, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 2008.
- BONELLI, R.; PESSÔA, S. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. *Texto para Discussão No. 7*. Rio de Janeiro: IBRE/FGV-RJ, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. The Dutch Disease and Its Neutralization: a Ricardian Approach, *Revista de Economia Política*, Vol. 28, N.1, 2008.

- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 831–851, 2012.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Difel, São Paulo, 1977.
- CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. B. Centro e periferia nas cadeias globais de valor: uma interpretação a partir dos pioneiros do desenvolvimento. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22 (3), p. 1-31, 2018.
- CARVALHO, L. *Valsa brasileira*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTRO, A. B.; PIRES, F. E. *A Economia Brasileira Em Marcha Forçada*. Rio: Paz e Terra. 1985.
- CHESNAIS, F. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Boston, Brill Academic Pub., 2016.
- CINTRA, M.; ACIOLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003-2010. In: MONTEIRO, A. et al. *Brasil em desenvolvimento 2011*. Brasília: Ipea, 2012.
- CUNHA, J. M. et al. Dinâmica demográfica, migração e projeção populacional da Macrometropole Paulista. *Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometropole Paulista (PAM)*. São Paulo, EMLASA, 2013.
- D'OTTAVIANO, C, PASTERNAK, S e BARBON, A. Precariedade Habitacional na Macrometropole Paulista: um primeiro olhar a partir dos Níveis de Integração. *XVII ENANPUR*, Natal, maio 2019.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem continua polarização *Revista Nova economia*, v. 3, n. 1, 1993.
- EMLASA, *Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM 2040)*, 2014.
- FAINSTEIN, S; G. I; HARLOE, M. Ups and downs in the global city en the 21th century In Bridge, g e Watson, S (ed) *The New Blackwel Companion to the city*. NY, Blackwell, p 38-47, 2011.
- FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; IOOTY, M. Competitividad Industrial en Brasil 10 años después de la liberalización, *Revista de la CEPAL*, 82: 91-119, 2004.
- FUNDAÇÃO Seade (2019) *Mapa da Indústria Paulista 2003-2016*. São Paulo, F Seade 40 anos
- GEREFFI, G.; H.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of international political economy*, n. 12.1, pp.78-104, 2005.
- GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos estudos CEBRAP* 82, novembro, 2008.
- HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford United Press, 2003.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 1, p. 189–207, 2017.
- IEDI, *Desenvolvimento industrial em perspectiva internacional comparada*, 2019. Disponível em: https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190802_desind_intern_comp.pdf. Acesso em: 26/mar/2020.
- KALECKI, M. *Aspectos políticos do pleno emprego In Crescimento e Ciclos das Economias Capitalistas*, Hucitec, São Paulo, [1943] 1977.
- MARCONI, N.; ROCHA, M. Desindustrialização precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio. IPEA, *Texto para discussão*, 1681. Rio de Janeiro, 2011.
- MARCONI, M., REIS, C. F., ARAÚJO, E. C. Manufacturing and economic development: The actuality of Kaldor's first and second laws. *Structural Change and Economic Dynamics*, 37, 75-89, 2016.
- MARQUETTI, A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998. *Estudos Econômicos*, Vol. 32, N.1, 2002.
- MORCEIRO, P. C. *A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica*. Tese de Doutorado Em Economia, USP, 2018.
- MORCEIRO, P. C. *Desindustrialização na economia brasileira no período 2000- 2011: abordagens e indicadores*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- MORCEIRO, P. C. Industrialização e desindustrialização brasileira pela ótica do emprego. *IV Encontro nacional de economia industrial e inovação (ENEI)*, Campinas, São Paulo. Set/2019.
- MORETTI, E. Local Multipliers. *American Economic Review*, v. 100, n. 2, p. 373– 377, 2010.
- NASSIF, A.; BRESSER-PEREIRA, L. C.; FEIJÓ, C. The case for reindustrialisation in developing countries: towards the connection between the macroeconomic regime and the industrial policy in Brazil. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 2, p. 355– 381, 2017.
- OLIVEIRA, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018
- OLIVEIRA, F. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In ARAUJO, T. et al (eds.) *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

- ORAIR, R. O. *Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, jul. (Texto para Discussão, n. 2215, 2016).
- OTERO, E. *Reestruturação urbana em cidades médias paulistas*. Tese de doutorado FAU-USP, 2016.
- PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 6, p. 113-140, 1996.
- PALMA, G. "Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa". *Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento*, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 2005.
- PAULA, L. F.; MOURA, R. Consequências econômicas da operação Lava-Jato. *Valor Econômico*, 28/08/2019.
- PAULA, L. F.; PIRES, M. Saídas para a crise econômica: crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estud. av.* vol.31 no.89 São Paulo Jan./Apr. 2017.
- PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados* 27 (77), 2013.
- PAULANI, L. *Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008
- REIS, C. F. B. Hits and misses of public investment strategy in Brazil. In Chadarevian, P. (Ed.) *The Political Economy of Lula's Brazil*. London: Routledge, 2018.
- REIS, C. F. B.; ARAUJO, E. C.; GONZALEZ, E. O. Public Investment Boosted Private Investment in Brazil between 1982 and 2013. *Journal of Economic Issues*, v. 53, p. 813-840, 2019.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. *IMF Staff Papers*, Vol. 46, N.1, 1999.
- SAMPAIO, D. P. *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. Tese de doutorado em Economia, IE-UNICAMP, 2015.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHINCARIOL, V. *Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014): uma história político-econômica da primeira administração de Dilma Rousseff*. São Paulo: Editora CRV, 2019.
- SCOTT, A. Globalization and the rise of city-region. *European Planning Studies*, 813-26, 2001.
- SEVERIAN, D. Dinâmica industrial na Região Metropolitana de São Paulo: Uma análise do período 2000-2015. *Boletim regional, urbano e ambiental*, n.18, jan.-jun. 2018.
- SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo? *Brazil. J. Polit. Econ.*, vol.39, no.1, São Paulo Jan./Mar. 2019.
- SINGER, A.; LOUREIRO, I. (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- SOJA, E N. Accentuate the regional. *International Journal of Urban and Regional Research* 39(2): 378-8, 2015.
- STIGLITZ, J. E. Some lessons from de East Asian miracle. *The World Bank Research Observer*, v. 11, n. 2, Aug. 1996.
- STREECK, W. The Crises of Democratic Capitalism. *New Left Review*, n. 71, pp. 5-29, 2011.
- TAVARES, J. Formação da Macrometropole no Brasil: processo de urbanização e a constituição de uma região ganhadora. *Ambiente e Sociedade*, vol 23. São Paulo 20202 EPUB 08-Jun-2020
- TAVARES, M. C. et al. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, *Memórias do desenvolvimento*. – Ano 1, n.1. Rio de Janeiro: 2007.
- TEIXEIRA R.; PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Econ. soc.* vol.21, Dec. 2012.
- TORRES; CAVALIERI. *Revista de Economia Política*, vol . 35, no 4 (141), pp . 859-877, out. 2015
- TORRES-FREIRE, C.; ABDAL, A.; BESSA, V.. Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo Competitiva. In: COMIN et al (Orgs.). *Metamorfoses paulistanas: Atlas geoeconômico da cidade*. São Paulo: Sempla/Cebrap/Imprensa Oficial/Editora Unesp, 2010.
- TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 33, 2009.
- TUNES, Regina Helena. Resiliência territorial no estado de São Paulo: rumo a uma nova dinâmica industrial? *Caminhos de Geografia*, v. 17, n. 60, p. 77-88, 2016.
- VIANNA, L. J. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.